CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAÍBA-PIAUÍ

Edifício Elias Ximenes do Prado – Praça da Graça, s/n - Centro

GABINETE DA VEREADORA FÁTIMA CARMINO

PROJETO DE LEI Nº 4214/2017

INSTITUI A DATA 11 DE NOVEMBRO COMO DIA MUNICIPAL DE LUTA CONTRA A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE COMO TAMBÉM A SEMANA QUE CONTÉM ESTA DATA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAÍBA

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a data de 11 de Novembro como Dia Municipal de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade na cidade de Parnaíba.

Art. 2º. Fica instituída a semana que contém o dia 11 de Novembro como a Semana Municipal de Luta contra a Medicalização da Educação e da Sociedade na cidade de Parnaíba.

Art. 3º. A Luta Contra a Medicalização da Educação e Sociedade consiste em alertar e conscientizar a população sobre risco do uso desarrazoado de diagnósticos e medicamentos.

Parágrafo Único. Entende-se por medicalização, conforme o Manifesto do Fórum Nacional sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, realizado entre os dias 11 a 13 de novembro de 2010, como o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Situações de diferentes ordens são apresentadas como 'doenças', 'transtornos', 'distúrbios' que camuflam as grandes questões políticas, sociais, culturais e afetivas que afligem a vida das pessoas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Parnaíba (PI), 10 de agosto de 2017.

Maria de Fátima Carmino Pereira Dourado

Vereadora do PT

JUSTIFICATIVA

A medicalização é o processo de transformação de questões de diferentes ordens em problemas médicos. Assim, preocupações que deveriam ser tratadas como políticas, sociais, culturais, ou afetivas, se tornam 'distúrbios' e 'transtornos' e a responsabilidade por elas são tiradas de seus verdadeiros causadores. Com base nessa definição, vem sendo levado pela sociedade um movimento que procura esclarecer essa questão e orientando os envolvidos no problema esclarecendo o equívoco.

Eis um breve relato da história recente desse movimento organizado da sociedade civil. De 11 a 13 de novembro de 2010, em torno de mil profissionais das áreas de Saúde e Educação, estudantes e representantes de entidades participaram do I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos", em São Paulo.

Como ação política deste evento, foi lançado o Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, de atuação permanente, que tem por finalidade articular entidades, grupos e pessoas para o enfrentamento e a superação do fenômeno da medicalização, bem como mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento.

A sociedade brasileira vive um processo crescente de medicalização de todas as esferas da vida. Entende-se por medicalização o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes

ordens são apresentados como "doenças", "transtornos", "distúrbios" que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas.

Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades. Uma vez classificadas como "doentes", as pessoas tornam-se "pacientes" e consequentemente "consumidoras" de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o seu próprio corpo no alvo dos problemas que, na lógica medicalizante, deverão ser sanados individualmente. Muitas vezes, famílias, profissionais, autoridades, governantes e formuladores de políticas eximem-se de sua responsabilidade quanto às questões sociais.

. A aprendizagem e os modos de ser e agir – campos de grande complexidade e diversidade – têm sido alvos preferenciais da medicalização. Cabe destacar que, historicamente é a partir de insatisfações e questionamentos que se constituem possibilidades de mudança nas formas de ordenação social e de superação de preconceitos e desigualdades. O estigma da "doença" faz uma segunda exclusão dos já excluídos – social, afetiva, educacionalmente – protegida por discursos de inclusão. A medicalização tem assim cumprido o papel de controlar e submeter pessoas, abafando questionamentos e desconfortos; cumpre, inclusive, o papel ainda mais perverso de ocultar violências físicas e psicológicas, transformando essas pessoas em "portadores de distúrbios de comportamento e de aprendizagem".

No Brasil a crítica e o enfrentamento dos processos de medicalização ainda são muito incipientes. É neste contexto que se constitui o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, que tem como objetivos: articular entidades, grupos e pessoas para o enfrentamento e superação do fenômeno da medicalização, bem como mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento. O caráter do Fórum é político e de atuação permanente, constituindo-se a partir da qualidade da articulação de seus participantes e suas decisões serão tomadas, preferencialmente por consenso. É composto por entidades, movimentos e pessoas que tenham interesse no tema e afinidade com os objetivos do Fórum.

O Fórum se fundamenta nos seguintes princípios: * Contra os processos de medicalização da vida. * Defesa das pessoas que vivenciam processos de

medicalização. * Defesa dos Direitos Humanos. * Defesa do Estatuto da Criança e Adolescente. * Direito à Educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada para todas e todos. * Direito à Saúde e defesa do Sistema Único de Saúde – SUS e seus princípios. * Respeito à diversidade e à singularidade, em especial, nos processos de aprendizagem. * Valorização da compreensão do fenômeno medicalização em abordagem interdisciplinar. * Valorização da participação popular. O Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade se propõe os seguintes desafios: * Ampliar * Estabelecer mecanismos de interlocução com a sociedade civil a democratização do debate * Popularizar o debate, sem perder o rigor científico. * Pluralizar os meios de divulgação, incluindo cordéis, sites, artes em geral. * Construir estratégias para ocupar espaços na mídia. * Estabelecer mecanismos de interlocução com a academia * Ampliar a discussão entre profissionais das diversas áreas * Construir estratégias para ocupar espaços nos cursos de formação inicial e continuada dos profissionais das diversas áreas * Apoiar propostas curriculares de humanização das práticas de educação e de saúde * Socializar o significado da medicalização e suas conseqüências * Reconhecer as necessidades das famílias que vivenciam processos de medicalização * Esclarecer riscos da drogadição – drogas lícitas e ilícitas - como consequência da medicalização * Ampliar a compreensão sobre a diversidade e historicidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano * Construir estratégias que subvertam a lógica medicalizante * Ampliar a produção teórica no campo da crítica à medicalização * Intervir na formulação de políticas públicas, subsidiando o embasamento em novas concepções de ser humano e de sociedade * Apoiar iniciativas de acolhimento e o fortalecimento das famílias, desmitificando pretensos benefícios da medicalização * Apoiar ações intersetoriais que enfrentem os processos de medicalização da vida.

Nesse sentido, a aprovação desse projeto de lei, no âmbito municipal, trará importantes contribuições para a discussão desse tema de importante inserção na sociedade contemporânea.

Câmara Municipal de Parnaíba (PI), 10 de agosto de 2017.

Maria de Fátima Carmino Pereira Dourado

Vereadora do PT